



Revista Fórum de Direito Tributário - RFDT Belo Horizonte, ano 11, n. 65, set./out. 2013

Doutrina

Artigos

- ◆ Liquidação à vista de valores devidos a título do crédito-prêmio de IPI
Tercio Sampaio Ferraz Junior
- ◆ O regime tributário dos instrumentos financeiros derivados em IRC – Contributos para a sua compreensão
Vasco Branco Guimarães
- ◆ O favorecimento de produtos estrangeiros em detrimento dos nacionais na importação por pessoa física
Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
- ◆ Tentativas de desestabilização da Lei de Responsabilidade Fiscal
Kiyoshi Harada
- ◆ Direitos fundamentais do contribuinte e o confisco de ativos financeiros
Antonio Baptista Gonçalves
- ◆ Revisão da legalidade do lançamento tributário e a coisa julgada administrativa em matéria fiscal
Aurélio Pitanga Seixas Filho
- ◆ Teoria geral das taxas e seu tratamento pela jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais
André Felipe Batista dos Santos
- ◆ Análise dos princípios da capacidade contributiva e do não confisco na tributação extrafiscal
Gabriel Antonio de Moraes Vieira
- ◆ Conceitos indeterminados e o princípio da reserva legal no direito tributário – Menor determinação da norma não significa insegurança jurídica
Thiago Bao Ribeiro

Parecer

- ◆ Títulos de capitalização, cuja comercialização por entidades de assistência social sem fins lucrativos tem os resultados, deduzidas as despesas, destinados exclusivamente a seus objetivos sociais – Imunidade tributária das receitas
Ives Gandra da Silva Martins

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

◆ Supremo Tribunal Federal

Contribuição ao PIS e COFINS – Imunidade – Art. 149, §2º, I, da CF – Hermenêutica – Não incidência – Teleologia da norma – Variação cambial positiva – Operação de exportação.

Recurso Extraordinário nº 627.815/PR

◆ Supremo Tribunal Federal

Fundo Social de Emergência – PIS – Base de cálculo – Receita bruta – Conceito – MP nº 517/94 – ADCT, arts. 72, inciso V, e 73 – Improcedência.

Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 331.496/SP

◆ Superior Tribunal de Justiça

Recurso representativo da controvérsia – Pis/Pasep e Cofins – Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98 – Discussão a respeito do conceito de faturamento/receita bruta para as pessoas jurídicas tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido ou arbitrado – Art. 8º, II, da Lei nº 10.637/2002 (Pis) e art. 10, II, da Lei nº 10.833/2003 (Cofins).

Recurso Especial nº 1.354.506 – SP

◆ Ministério da Fazenda – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Cofins – Isenção – Instituição de educação sem fins lucrativos – Receitas das atividades próprias.

Processo nº 10980.934783/2009-31

◆ Ministério da Fazenda – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Pis/Cofins – Empresa de arrendamento mercantil – Alienação de bens arrendados – Artigo 3º da Lei nº 6.099/74 – Artigo 3º, §2º, inciso IV, da Lei nº 9.718/98 – Receita não integra a base de cálculo da contribuição ao Pis e da Cofins.

Processo nº 16327.720157/2012-54

◆ Ministério da Fazenda – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Pis/Cofins – Bens (títulos mobiliários) – Aquisição – Alienação – Exercício – Registro contábil.

Processo nº 16327.001281/2010-55

Ementário

- ◆ Apreensão Ilícita de Mercadorias
- ◆ Constituição do Crédito Tributário
- ◆ Contribuição Previdenciária
- ◆ Correção Monetária
- ◆ CSLL
- ◆ ICMS
- ◆ Imunidade Tributária
- ◆ IPI
- ◆ IPTU
- ◆ IRPF
- ◆ IRPJ
- ◆ PIS/COFINS
- ◆ Processo Administrativo Fiscal

- ◆ Processual Civil
- ◆ Responsabilidade Tributária

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Tendências Jurisprudenciais